



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 16/2018

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM UM DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO:-----

-----Ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Engº. José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD, que interrompeu as suas férias para presidir à reunião, e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Senhor Nelson António Rodrigues Filipe.-----

-----Não esteve presente na reunião o Vereador Dr. Eusébio Lourenço Ferreira, eleito pelo PPD/PSD, por se encontrar em período de gozo de férias.-----

-----A reunião foi secretariada pela Coordenadora Técnica do Núcleo de Administração Geral, Rosa Maria Ferreira Breda.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

I.-PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----O Senhor Presidente informou que:-----

-----A primeira reunião do grupo de trabalho para a criação da Ecovia do Mondego decorreu no passado dia 23, em Mortágua, com a presença de técnicos da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIMRC), Comunidade Intermunicipal Viseu Dão-Lafões, Municípios de Santa Comba Dão, Mortágua e Penacova, bem como da entidade adjudicante para a elaboração do projeto de execução, a Focus Group-----

-----No pretérito dia 30 de julho o Senhor Ministro do Planeamento, Dr. Pedro Marques, acompanhado do Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, Dr. Nelson de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Sousa, visitou as obras de reconstrução da unidade industrial da Pellets Power, situada no polo industrial do Freixo, que ficou quase totalmente destruída no incêndio de outubro de 2017.----

-----Os trabalhos de reconstrução estão numa fase final, prevendo-se a retoma normal dos trabalhos da atividade durante o mês de setembro próximo.-----

II.-PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 18/07/2018:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 18/07/2018, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, em cumprimento ao disposto no artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas no Vereador.-----

-----O Senhor Presidente deu também conhecimento do seu Despacho, datado de 15/07/2018, que determinou, no exercício da competência prevista na alínea a), do n.º 2, do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sua atual redação que o Assistente Técnico, José Alberto de Oliveira Fernandes, titular de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal deste município, afeto à Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, transite para a Carreira de Técnica de Informática Grau I, do Gabinete de Assessorias, mediante o regime de mobilidade aqui previsto, exercendo as respetivas funções.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria n.º 143 referente ao dia 31/07/2018 que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.-COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO:-----

-----Foi presente a comunicação da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro, enviada por e-mail em 12/07/2018, dando conhecimento que com o objetivo de acelerar o investimento da execução dos fundos da União Europeia destinados à Política de Coesão, o Estado Português e o Banco Europeu de Investimento (BEI) celebraram um Empréstimo Quadro (EQ) que se destina a financiar a contrapartida nacional de operações aprovadas pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), designadamente o Fundo Social Europeu, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o Fundo de Coesão (Fundos da Política de Coesão) no âmbito dos programas operacionais de Portugal 2020.-----

-----Nessa perspetiva enviam para conhecimento o Despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e do Planeamento e das Infraestruturas n.º 6200/2018 que determina as condições de utilização da primeira parcela do EQ o Despacho da Agência para o Desenvolvimento e Coesão n.º 6323-A/2018 relativo ao Regulamento que define os procedimentos de implementação da linha de crédito financiada pelo EQ bem como o folheto informativo.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.2.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:-----

-----Foi presente a circular referência 65/2018-PB, de 24/07/2018, da Associação Nacional de Municípios Portugueses através da qual remete para conhecimento a comunicação dirigida ao Secretário de Estado da Energia relativa às Concessões municipais de distribuição de energia elétrica em baixa tensão-Alargamento do prazo concedido aos municípios para decisão relativa à definição da área territorial para efeitos de procedimento concursal, ou sobre eventual intenção e proceder à exploração direta.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.3.-MOBIE, S.A. – PROCESSO DE EXPANSÃO DA REDE PILOTO MOBIE:-----

-----Foi presente a comunicação referência 146/2018/AV, de 11/07/2018, da MOBIE, S.A., empresa de capitais exclusivamente públicos, na qualidade de entidade gestora da rede de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

mobilidade elétrica, informa que, dando cumprimento à Resolução do Conselho de Ministros nº. 49/2016, deve expandir a Rede Piloto de Carregamento de Veículos Elétricos a todos os Concelhos do País, instalando, nos Concelhos ainda não cobertos pela rede, um posto de carregamento de veículos elétricos.-----

-----O investimento na expansão da Rede Piloto permitirá instalar 202 novos postos de carregamento em Município e é financiado pelo PO SEUR e pelo Fundo Ambiental, concluindo uma infraestrutura que proporcione, em todos os municípios, condições de acessibilidade geradoras de conforto e segurança aos utilizadores de veículos elétricos, não limitando, assim, esta tecnologia aos grandes centros urbanos.-----

-----Para esse efeito, a MOBI.E, S.A. lançou um concurso público, com publicidade internacional para a adjudicação da aquisição e instalação dos, acima referidos, 202, novos postos de carregamento normal, o qual se encontra em fase de preparação de Relatório Final.--

-----O Município de Mortágua faz parte dos municípios que ainda não está coberto pela Rede Piloto, pelo que a MOBI.E, S.A. irá aqui instalar um novo posto de carregamento. Para tal, e dado o crescente interesse dos munícipes na mobilidade elétrica e a necessária articulação da localização do posto com a política de mobilidade da Autarquia, vem convidar à participação ativa do Município de Mortágua no processo de instalação do posto de carregamento normal atribuído ao Município.-----

-----A participação do Município é essencial na definição da localização para a instalação do posto de carregamento normal, o qual terá dois pontos (tomadas até 22 KW, e ao qual deverão estar afetos dois (2) lugares de estacionamento.-----

-----Como a mobilidade elétrica em Portugal ainda se encontra numa fase piloto, não havendo ainda pagamento dos carregamentos por parte dos utilizadores, a MOBI.E, SA prevê que todos os pontos de rede piloto transitarão para a fase de mercado no primeiro trimestre de 2019. Até essa data, a MOBI.E irá, num dialogo com os Municípios, definir as condições e regras para a concessão da exploração dos postos agora instalados a Operadores de Postos de Carregamento devidamente licenciados que os irão operar.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Informa ainda que a titularidade dos postos será transferida para os Municípios, nos quais se encontram instalados, após o período durante a qual a MOBI.E, SA por força das regras das entidades financiadoras do investimento, tem que manter a titularidade dos mesmos.-----

-----Neste contexto e para que os postos de carregamento possam ser, desde logo, disponibilizados aos utilizadores de veículos elétrica, os Municípios deverão suportar as despesas do consumo de energia elétrica associadas ao posto de carregamento a instalar e garantir a cobertura de risco de responsabilidade civil através de um seguro adequado, até à entrada da fase de mercado (concessão do posto a um operador licenciado). A MOBI.E, S.A. estima que as despesas com a eletricidade se situem entre os cem (100) e os cento e cinquenta (150) euros por mês. Contudo, para uma utilização anormalmente intensiva do posto, nas suas atuais condições do parque não deverá ultrapassar os quinhentos (500) euros mês.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade participar no processo de instalação do posto de carregamento normal de veículos elétricos atribuído ao Município.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-JUVENTUDE:-----

5.1.1.-Apoio Natalidade e Famílias:-----

5.1.1.1.-Ratificação do processo nº. 21 e 22 de 2018:-----

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foram presentes os processos de candidatura nº. 21 e 22 de 2018 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entraram nos serviços e que deferiu nos termos do nº.1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

5.1.1.2.-Processo nº. 58/2016, indeferimento da 2ª. prestação de reembolso de despesas:--

-----No seguimento da notificação efetuada a Liliana Isabel Novo Rodrigues através do ofício referência número 1510, de 14/06/2018, da decisão aprovado na Reunião de Câmara de 06/06/2018, relativamente ao projeto de indeferimento da 2ª. prestação de reembolso de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

despesas processo nº. 58/2016 de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, por não cumprir o nº.2, do artigo 9º., do Regulamento, ou seja o requerimento entrou nos serviços do municipais fora do prazo para apresentação do pedido, o Senhor Presidente informou que nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 122º. do Código do Procedimento Administrativo, terminou o prazo para se pronunciar sem que esta nada dissesse.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade converter em definitivo a decisão de indeferimento da 2ª. prestação do reembolso de despesas relativas ao processo nº. 58/2016 de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família por não cumprir o nº.2 do artigo 9º. do Regulamento, ou seja o requerimento entrou nos serviços fora do prazo definido para apresentação do mesmo.-----

5.2.-Férias Ativas de 2018 – Ratificação da ação:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para efeitos de ratificação o seu despacho, de 07/06/2018, de aprovação da realização do Programa Municipal “Férias Ativas 2018”, que há semelhança de anteriores edições visa a ocupação de duzentos (200) jovens em período de férias, com idades compreendidas entre os 6 e os 16 anos, com atividades pedagógicas, lúdicas e desportivas, e a desenvolver no período de 2 a 20 de julho.-----

-----Sendo os respetivos processos de despesa desenvolvidos pelo Presidente da Câmara no âmbito da competência própria, prevendo no entanto o Programa o pagamento de inscrição por participante no montante de dez euros (10,00 €) e que se reporta a minimizar o custo do seguro.-----

-----A Câmara , nos termos da alínea a) do nº.1 e 3 do artigo 35º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente aprovação da realização do Programa Municipal “Férias Ativas 2018”, bem como o preço de inscrição por participante.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

6.-CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.-ASSOCIATIVISMO – Investimentos/Atividades Culturais Desportivas e Recreativas:-----

6.1.1.-Associação Cultural e Recreativa de Macieira e Tarrastal – Apoio obras de arranjos exteriores:-----

-----Pelo Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido, datado de 4/07/2018, de apoio financeiro, remetido pelo Associação Cultural e Recreativa de Macieira, Tarrastal para a execução de todos os arranjos exteriores do seu edifício/sede com pavimento em betuminoso, que de acordo com o orçamento ascende ao montante de 11.792,63 €, entende-se que, à semelhança dos anos anteriores, estes devem ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Considerando que esta associação tem pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Considerando que o pedido da Associação se enquadra no nº.2, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Considerando que de acordo com a informação do Chefe da DCTSU, de 30/07/2018, as obras são necessárias ao bom uso do espaço e os preços propostos são os normais para este tipo de obra, encontrando-se já executadas.-----

-----Proponho a atribuição de um subsídio no montante de 11.792,63 € para apoio à realização de obras mediante a celebração de Protocolo conforme dispõe o nº. 1 do artigo 4º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras”.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2018/5041 “Investimentos das Associações Culturais, Desportivas e Recreativas” no



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

orçamento municipal na rubrica 080701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas capital).--

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a atribuição do subsídio de onze mil setecentos e noventa e dois euros e sessenta e três cêntimos (11.792,63 €), a transferir mediante a celebração de Protocolo.-----

6.1.2.-Estrelas da Serra – Associação Cultural, Recreativa, Desportiva e Social – Apoio realização de atividade:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente uma carta, datada de 27/06/2018, da Estrelas da Serra – Associação Cultural, Desportiva e Social – apoio realização de atividade, dando conhecimento da realização no dia 29 de julho de uma caminhada solidaria com a finalidade de angariar fundos para a compra de equipamentos de combate a incêndios, nomeadamente equipamentos de proteção individual e um novo veículo de auxílio ao que já possuem.-----

-----Considerando que se trata de um evento com alguma envergadura tanto ao nível logístico como financeiro, solicitam a atribuição de apoio financeiro para minimizar as despesas inerentes àquela ação.-----

-----A Câmara, considerando a finalidade da atividade a realizar, deliberou por unanimidade informar que em próxima reunião à Estrela da Serra, conjuntamente com outras Associações, apoio financeiro para investimento de equipamento de combate a incêndio.-----

6.1.3.-Rancho Folclórico e Etnográfico de Vale de Acores – Apoio atividade:-----

-----O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro, remetido pelo Rancho Folclórico e Etnográfico de Vale de Acores, entende-se que este deve ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Está em causa um pedido de apoio financeiro para desenvolvimento das atividades regulares desta Associação.-----

--O Rancho Folclórico e Etnográfico de Vale de Acores é uma instituição de cariz cultural, símbolo do nosso Concelho na preservação e divulgação da cultural popular, voz viva de tradições e hábitos ancestrais.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Esta é uma Associação que tem um importante papel na divulgação do nosso Concelho além fronteiras, contribuindo, também, para o desenvolvimento do mesmo e para o afluxo de gente a Mortágua, nomeadamente aquando do Festival de Folclore e Gala Internacional de Folclore.-----

-----Considerando que o pedido da Associação se enquadra no nº. 1 e nº.2, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Assim, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 5.000,00 € para apoio ao desenvolvimento da atividade cultural regular, mediante a celebração de Protocolo conforme dispõe o nº. 1 do artigo 4.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras. “-----

-----Foi também presente o Relatório de Atividades e Contas do ano de 2017 do Rancho Folclórico e Etnográfico de Vale de Açores.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2018/5040 “Atividades das Associações, Desportivas e Recreativas” no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas correntes).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio no montante de cinco mil euros (5.000,00 €), para apoio ao desenvolvimento da atividade cultural regular, mediante a celebração de Protocolo conforme dispõe o nº. 1 do artigo 4.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Nos termos do nº.4 do artigo 31º. do Código do Procedimento Administrativo, o Senhor Vereador Dr. Paulo Alexandre de Oliveira ausentou-se da reunião, considerando o impedimento de poder intervir na discussão e votação do presente ponto uma vez que faz parte dos Órgãos Sociais da coletividade.-----

6.1.4.-Centro Cultural e Recreativo da Marmeleira – IX Feira do Pão:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta referência 12/2018, datada de 22/07/2018, do Centro Cultural e Recreativo da Marmeleira dando conhecimento que, no dia 7 de agosto



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

corrente, vai realizar a sua “Feira do Pão”, prevendo a presença de trinta (30) expositores/feirantes.-----

-----Esta Feira à semelhança das anteriores tem como objetivo dar a conhecer a nossa terra, proporcionar o convívio das pessoas e de uma forma geral dar a oportunidade aos diversos participantes (instituições, agricultores, artesãos, etc...) para exporem e comercializar os seus produtos.-----

-----Assim, solicitam o apoio financeiro do Município para ajudar a custear as despesas inerentes àquele evento.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa, que se encontra inscrita na Opções do Plano do corrente ano o apoio a atividades das Associações no objetivo 02 CULTURA, DESPORTO E -----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade atribuir o subsídio no montante de quatrocentos euros (400,00 €).-----

7.-SANEAMENTO E SALUBRIDADE:-----

7.1.-REDE DE ESGOTOS E DE TRATAMENTO:-----

7.1.1.-ETAR de Mortazel – Aquisição de terrenos:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Chefe de Divisão da DCTSU datada de 30/07/2018, sobre o assunto em epígrafe e que a seguir se transcreve: -----

-----“Informo que, para a implantação da ETAR de Mortazel é necessário adquirir as seguintes parcelas de terreno, ao preço de mercado de 2 euros/m2:-----

-----1.-Artigo matricial rústico da Freguesia do Sobral com o nº. 11029, localizado em Leira da Velha, com a área de 60m2, pertencente a Alcides Marques Pereira (NIF: 117499692)- valor a pagar: 120 euros;-----

-----2.-Artigo matricial rústico da Freguesia do Sobral, com o nº. 11027, localizado em Leira Velha, com a área de 290 m2, pertencente a Herdeiros de António Rodrigues (NIF 742015904) – valor a pagar: 580 euros;-----

-----3.-Artigo matricial rústico da Freguesia do Sobral, com o nº. 11028, localizado em Leira



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Velha, com a área de 200 m², pertencente a Herdeiros de Carlos Rodrigues Pereira (NIF 701207493) – valor a pagar: 400 euros;-----

----4.-Artigo matricial rústico da Freguesia do Sobral, com o nº. 11030, localizado em Leira Velha, com a área de 290 m², pertencente a Herdeiros de Maria Irene Rodrigues (NIF 707520827) – valor a pagar: 580 euros.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por maioria com dois votos a favor do Presidente e do Vereador, eleitos pelo PPD/PSD, e duas abstenções dos Vereadores eleitos pelo PS, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Senhor Nelson António Rodrigues Filipe, adquirir, conforme informação do Chefe de Divisão, os terrenos supra identificados a integrar na ETAR de Mortazel, e proceder ao respetivo pagamento aos proprietários.-----

7.2.-RESIDUOS SÓLIDOS URBANOS:-----

7.2.1.-Candidatura da Associação de Municípios do Planalto Beirão – POSEUR:-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes os ofícios da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão referências 137 e 147, datados respetivamente de 17/07/2018 e 24/07/2018, informando que:-----

-----Considerando o teor da informação dos seus ofícios de 19/09/2016 e de 18/07/2017 sobre o assunto em epígrafe:-----

-----Considerando o teor da ata da Assembleia Intermunicipal de 19 de abril de 2018, que anexam;-----

-----Considerando que importa assegurar o financiamento da fração restantes (15%) das componentes da operação POSEUR-03-1911-FC-0000075 designadamente de “Incremento da qualidade e da quantidade da reciclagem dos 3 fluxos (3F) multimateriais”, assim como das componentes que visam a recuperação da capacidade instalada do Sistema de Valorização Multimaterial da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, no âmbito dos incêndios de 15 de outubro de 2017.-----

-----Apresenta os seguintes documentos para transferência de verba:-----

-----“Ampliação da rede de equipamento de deposição seletiva 3F _ Aquisição de 30 baterias



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

trifluxo de superfície com capacidade unitária de 2,5 m³” - seis mil oitocentos e setenta e quatro euros e cinquenta cêntimos (6.874,50 €);-----

----- “Projeto de implementação da componente 3F na estação de Vouzela” – duzentos e vinte e sete euros e oitenta cêntimos (227,80€).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade proceder à transferência da comparticipação.-----

8.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----

8.1.-EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL:-----

8.1.1.-Hasta Pública para Venda de Lotes da 1ª. Fase Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira – Adjudicação definitiva :-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a Ata da Hasta Pública para Venda dos Lotes do Loteamento da 1ª. Fase do Loteamento do Plano de Pormenor da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, realizada em 4/08/2017, em que foi arrematado provisoriamente nos termos do ponto 14, do artigo 8º. do Regulamento da Hasta Pública os lotes:-----

-----Nº. 2 pelo valor de dezanove mil duzentos e oitenta e cinco euros (19.285,00 €), a Águas das Caldas de Penacova, S.A, com o NIF 502561840, representada por Urbano Oliveira Marques.-----

-----Nº. 3 pelo valor de vinte e dois mil setecentos e vinte e oito euros (22.728,00 €), a Águas das Caldas de Penacova, S.A, com o NIF 502561840, representada neste ato por Urbano de Oliveira Marques, com o cartão de cidadão nº. 1557792, e NIF 124905021.-----

-----Conforme o Auto de arrematação, em cumprimento do disposto no ponto 1 do artigo 9º. do aludido regulamento, o adjudicatário entregou na Tesouraria desta Câmara Municipal a quantia correspondente a vinte e cinco por cento (25%) do valor da adjudicação a título de sinal e principio de pagamento.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que nos termos do ponto 16, do artigo 8º. do Regulamento da Hasta Pública aprove a adjudicação definitiva dos lotes nº 2 e 3 ao



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

adjudicatário acima referido e pelo valor constante no respetivo auto de adjudicação provisória.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade nos termos do ponto 16, do artigo 10º. do Regulamento da Hasta Pública acima referido, aprovar a adjudicação definitiva dos referidos lotes, devendo de acordo com o ponto 1 do artigo 11º. do Regulamento, a escritura de compra e venda do lote realizar-se no prazo de trinta (30) dias contados da data da notificação da adjudicação.-----

9.-COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES:-----

9.1.-REDE VIÁRIA MUNICIPAL:-----

9.1.1.-Adjudicação por Concurso Público da Empreitada para a “Beneficiação de Vias Rodoviárias na Freguesia de Pala:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Relatório Final elaborado pelo júri do procedimento de concurso público para adjudicação da empreitada de Beneficiação das Vias Rodoviárias da Freguesia de Pala, que a seguir se transcreve, ficando arquivado no respetivo processo de contratação pública, que foi desenvolvido nos termos do Código da Contratação Pública através da plataforma eletrónica sob o nº. 6/2018, e no qual por unanimidade deliberou manter o teor e as conclusões do relatório preliminar e a ordenação das propostas para efeitos de adjudicação:-----

-----“RELATÓRIO FINAL-----

-----Processo 6/2018-----

----- (plataforma Saphety Gov)-----

-----Concurso Público-----

Empreitada: Beneficiação de vias rodoviárias na Freguesia de Pala

Procedimento: Concurso público nos termos da alínea b) do art.º 19 do Código dos Contratos Públicos

Composição do Júri: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira na qualidade de presidente, e como vogais efetivos Eng.º Albano Tomás da Fonseca Duarte e Manuel Jorge Gomes Nunes

Abertura do procedimento: Deliberação de Reunião de Câmara de 16 de maio de 2018



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Terminado o prazo para os concorrentes se pronunciarem no uso do direito da audiência prévia, reuniu o Júri para efeitos da elaboração relatório final conforme determina o artigo 148º. do Código dos Contratos Públicos.-----

-----O Júri do Procedimento refere o seguinte:-----

-----1º-----

-----A audiência prévia foi efetuada em simultâneo aos concorrentes através de notificação submetida na plataforma eletrónica utilizada pelo Município, a Saphety Gov, em 16/07/2018 pelas 17:00h, tendo o seu prazo terminado às 23:00h do dia 23/07/2018.-----

-----2º-----

-----No relatório preliminar elaborado em 2 de julho de 2018, o Júri tinha classificado e ordenado as propostas dos concorrentes da seguinte forma:-----

Ordenação	Concorrentes	Valor /	Admitido/Excluído
Primeira	Socitop - Unipessoal, Lda	228.578,82€	Admitido
Segunda	Prioridade- Construções Vias Comunicação,	287.696,20€	Admitido
	Contec – Construção e Engenharia, SA		Excluído
	Socorpena – Construção e Obras Públicas,		Excluído
	Civibérica – Obras Cíveis, SA		Excluído

-----3º-----

-----Findo o prazo da audiência prévia, não foram submetidas na plataforma eletrónica quaisquer observações ou reclamações por parte dos concorrentes.-----

-----4º-----

-----Como não foram presentes quaisquer observações ou reclamações por parte dos concorrentes, o Júri mantém a ordenação das propostas das concorrentes acima descritas, propondo a adjudicação ao concorrente Socitop - Unipessoal, Lda, pelo montante de 228.578,82€, sem IVA incluído.-----

-----5º-----

-----O presente relatório, juntamente com os demais documentos do processo, vão ser presentes ao órgão competente para a decisão de contratação, para aprovação das propostas, da adjudicação e da respetiva autorização da despesa.-----

-----Mortágua, 24/07/2018 - O Júri”.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Encontrando-se assim o processo em condições de ser proferida decisão final, e propondo assim o júri a adjudicação do procedimento mencionado em epigrafe à proposta apresentada pela empresa Socitop Unipessoal, Ldª., pelo valor duzentos e vinte e oito mil quinhentos e setenta e oito euros e oitenta e dois cêntimos (228.578,82€), sem IVA incluído, e remetendo assim, nos termos do n.º4 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos, para o Órgão Executivo o Relatório Final, juntamente com os demais documentos do processo, para a decisão de contratação, para aprovação das propostas contidas no relatório, nomeadamente para efeitos de adjudicação.-----

-----Nos termos do número 1, do artigo 94.º, do Código dos Contratos Públicos, o presente procedimento encontra-se sujeito a redação de contrato a escrito.-----

-----O presente procedimento não se encontra sujeito ao visto prévio do Tribunal de Contas.---

-----O prazo de execução da obra é de cento e vinte (120) dias, prevendo-se que o contrato seja celebrado na segunda quinzena de agosto.-----

-----A despesa será satisfeita através da rubrica do Plano Plurianual de Investimentos 09 001 “Comunicações e Transportes – Rede Viária Municipal”, projeto 2014/29 “Novas Pavimentações e Beneficiações de Estradas Municipais” e rubrica do orçamento 07010408 “Viação Rural “, devidamente cabimentada sob o número 2019/2018 e compromissada através do lançamento 21446/2018.-----

-----O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse:-----

-----1 - Aprovar o Relatório Final apresentado pelo júri e adjudicar a empreitada de Beneficiação de vias rodoviárias na Freguesia de Pala à firma Socitop - Unipessoal, Lda, pelo montante de duzentos e vinte e oito mil quinhentos e setenta e oito euros e oitenta e dois cêntimos (228.578,82€), sem IVA incluído.-----

-----2 - Aprovar a minuta de contrato, conforme dispõe o n.º1 do artigo 98º. do Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto -Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.-----

-----A presente decisão deverá ser notificada em simultâneo a todos os concorrentes, conforme



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

dispõe o nº.2 do artigo 77º. do Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto –Lei nº. 111-B/2017, de 31 de agosto, devendo o adjudicatário ser notificado também notificado para, no prazo de dez (10) dias, apresentar os documentos de habilitação e comprovar a prestação da caução no valor de onze mil quatrocentos e vinte e oito mil e noventa e quatro centimos (11.428,94 €) nos termos do nº.1 do artigo 90º. do mesmo diploma legal.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade:-----

-----1 - Aprovar o Relatório Final apresentado pelo júri e adjudicar a empreitada de Beneficiação de vias rodoviárias na Freguesia de Pala à firma Socitop - Unipessoal, Lda, pelo montante de duzentos e vinte e oito mil quinhentos e setenta e oito euros e oitenta e dois centimos 228.578,82€, sem IVA incluído.-----

-----2 - Aprovar a minuta de contrato, conforme dispõe o nº.1 do artigo 98º. do Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto –Lei nº. 111-B/2017, de 31 de agosto.-----

-----A presente decisão deverá ser notificada em simultâneo a todos os concorrentes, conforme dispõe o nº.2 do artigo 77º. do Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto –Lei nº. 111-B/2017, de 31 de agosto, devendo o adjudicatário ser notificado também notificado para, no prazo de dez (10) dias apresentar os documentos de habilitação e comprovar a prestação da caução no valor de onze mil quatrocentos e vinte e oito mil e noventa e quatro centimos (11.428,94 €), nos termos do nº.1 do artigo 90º. do mesmo diploma legal.-----

9.1.2.-IP3 – REQUALIFICAÇÃO – Nó de Penacova/Nó da Lagoa Azul:-----

-----A Câmara aprovou por unanimidade a tomada de posição sobre o IP3 – requalificação – Nó de Penacova/Nó da Lagoa Azul apresentada pelos Vereadores eleitos pelo PS, que se transcreve e que fica apensa à presente ata:-----

-----“No passado dia 2 de Julho foi feito o anúncio público da requalificação integral do IP3, num percurso de 75Km, com um investimento total estimado de 134M de € a ter início já em



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

2018 e com uma configuração 2+2 faixas em 85% da sua extensão, 2+1 em 12% e 1+1 em apenas 3% do traçado, permitindo assim um aumento significativo da segurança e rapidez nas deslocações.-----

-----A requalificação prevê as seguintes intervenções:-----

-----01 - IP3 – DUPLICAÇÃO - Nó de Souselas (IC2) / Nó de Penacova.-----

-----02 - IP3 – REQUALIFICAÇÃO - Nó de Penacova / Nó da Lagoa Azul.-----

-----03 - IP3 – DUPLICAÇÃO - Nó da Lagoa Azul / Nó de Viseu (A25).-----

-----Relativamente à intervenção 02 - IP3 – REQUALIFICAÇÃO - Nó de Penacova / Nó da Lagoa Azul, tendo por base na informação vinda a público, estão previstas as seguintes ações:-----

✓ REABILITAÇÃO ESTRUTURAL DO PAVIMENTO;-----

✓ INTERVENÇÕES EM TALUDES;-----

a. Implementação de estruturas de suporte em betão;-----

b. Pregagens e redes de contenção;-----

✓ INTERVENÇÕES AO NÍVEL DOS SISTEMAS DE DRENAGEM;-----

✓ REPOSIÇÃO DE TODA A SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL.-----

-----Assim foi com enorme estupefação que os vereadores do Partido Socialista constatarem que a requalificação já lançada a concurso entre o Nó de Penacova / Nó da Lagoa Azul, mais concretamente nos Nós de Mortágua Norte e Sul e no Nó de Almaça, não prevê a criação de novas faixas de aceleração e desaceleração nem a iluminação dos mesmos, reivindicações de à longa data de todos os Mortaguenses e que contribuiriam enormemente para a diminuição da sinistralidade naqueles nós.-----

-----Registamos também que nada está previsto na intervenção de requalificação relativamente à colocação de barreiras sonoras ao longo do Nó de Almaça, reivindicadas pelos habitantes daquela povoação.-----

-----Os vereadores do Partido Socialista entendem que esta oportunidade não pode ser perdida, é o momento para executar estas melhorias, não serão porventura de elevada



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

complexidade técnica e muito menos terão um elevado custo de execução.-----

-----Face ao exposto e sem prejuízo da preocupação já formalmente manifestada pelos vereadores do Partido Socialista junto dos deputados do círculo de Viseu do Partido Socialista e do próprio Ministro, propomos que a Câmara Municipal de Mortágua aprove uma posição unanime reivindicativa da necessidade premente da execução destes investimentos, e dela dê conhecimento formal ao Governo de Portugal e mais concretamente o Sr. Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Dr. Pedro Marques.-----

-----Anexos: Extrato da apresentação pública e Plantas dos Nós.-----

-----Mortágua, 30 de Julho de 2018. Os vereadores do Partido Socialista".-----

10.-ADMINISTRAÇÃO:-----

10.1.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2018:-----

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei número 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro, conjugado com a alínea d) do número 1 do artigo 33º. da Lei nº. 75/2013, de 12 setembro, a proposta de modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço despesas de capital – vinte e dois mil euros (22.000,00 €);-----

-----Anulação despesas de capital – zero euros (0,0 €);-----

-----Reforço despesas correntes – vinte e dois mil euros (22.000,00 €).-----

-----Anulação despesas correntes – quarenta e quatro mil euros (44.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal, a Câmara deliberou, por unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada em pasta própria nos serviços de contabilidade.-----

10.2. -MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2018:-----

-----Considerando a necessidade de dotar diversos projetos das Opções do Plano do corrente ano de verbas necessárias à satisfação de compromissos assumidos decorrentes da evolução



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

normal dos empreendimentos em curso, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, conjugado com a alínea d) do número do 1 do artigo 33º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----

-----Modificação de Financiamento definido – trinta e dois mil euros (32.000,00 €).-----

----- Modificação de Financiamento não definido – doze mil euros (12.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou, por unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada em pasta própria nos serviços de contabilidade.-----

10.3.-PRORROGAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DO GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL:-----

-----Foi presente o ofício referência S/OF/51445/2018/C-EFCO, de 20/07/2018, do Centro de Emprego e Formação Profissional de Coimbra a informar que por despacho do Conselho Diretivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional de 26/06/2018, foi autorizado a prorrogação de funcionamento dos Gabinete de Inserção Profissional em Mortágua até 31 de dezembro de 2018.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

10.4.-ALTERAÇÃO DA DATA DA REALIZAÇÃO DA PRÓXIMA REUNIÃO DE CÂMARA:-----

-----O Senhor Presidente informou que a próxima reunião de Câmara coincide com o feriado de calendário nacional, 15 de agosto (Nossa Senhora da Assunção), e propôs que a mesma se realizasse no dia seguinte 16 de agosto (Quinta-Feira), às catorze (14) horas.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar que a primeira reunião ordinária da Câmara do mês de agosto se realize no dia 16, pelas catorze (14) horas, ficando os membros presentes dispensados de qualquer outra forma de convocação.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

11.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

11.1.-LOTEAMENTO DOS LOBOS:-----

-----Foi retirado da Ordem de Trabalhos da presente reunião.-----

11.2.-EXPOSIÇÃO – ZONA URBANA CONSOLIDADA DO PERÍMETRO URBANO DA FELGUEIRA:-----

-----Retirado da Ordem de Trabalhos.-----

11.3.-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS Nº. 01/2016/57, CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO E MURO DE VEDAÇÃO, RUA DA FONTE, PÓVOA, VALE DE REMÍGIO, CORTEGAÇA E ALMAÇA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente processo nº. 01/2016/57 em nome de Fernando Manuel da Silva Sacras, residente em Rua de S. Domingos, nº.4, Póvoa, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio Cortegaça e Almaça, referente à construção de um barracão e muro de vedação, sita na Rua da Fonte, Póvoa, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio Cortegaça e Almaça, com vista à declaração de caducidade daquele processo de operação urbanística.-----

-----No seguimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 06/06/2018, ao abrigo do da alínea a), nº.3 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, e artigos 121.º e seguintes do CPA, foi notificado através do ofício referência 1459, de 12/06/2018, o requerente Fernando Manuel da Silva Sacras, para, querendo, se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade do processo n.º 01/2016/257, que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º55/2016, cujo término ocorreu a 19/04/2017, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação uma vez que as obras não forem concluídas no prazo fixado na licença ou na autorização ou suas prorrogações, contado a partir da data da emissão do alvará, nem se pronunciou no prazo



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

concedido.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara emitiu em 05/07/2018, o seguinte Despacho:-----

-----*“Tendo em consideração a informação datada de 05/07/2018, fls. 132, da qual se extrai que decorreu o prazo de dez dias para o requerente se pronunciar no âmbito da audiência prévia, sobre o projeto de decisão de intenção de declarar a caducidade do alvará, aprovado em Reunião de Câmara de 06/06/2018 (fls. 129 e 130), sem que aquela tenha tomado qualquer posição a respeito, determino que o processo seja remetido à Câmara Municipal com a informação de que não foi exercido o direito de audiência prévia por parte da interessada, para que, no caso aquele órgão assim entenda, seja declarada a caducidade do alvará 55/2016, nos termos do disposto no art.º 71.º n.º 5 do Regime Jurídico da Urbanização – RJUE”.*-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do RJUE, declarar, a título de decisão final, a caducidade do processo n.º 01/2016/57 que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º 55/2016, cujo término ocorreu em 19/04/2018, com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo dado conhecimento à requerente e aos serviços de fiscalização.-----

11.4.-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS Nº. 01/2016/28, AMPLIAÇÃO DE MORADIA, SITA NA RUA DA SERRA, 9, CAPARROSA, FREGUESIA MARMELEIRA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo n.º. 01/2016/28, em nome da Jorge Marques de Almeida, residente em Rua da Serra, Caparrosa, Freguesia da Marmeleira, à ampliação de moradia, com vista à declaração de caducidade do licenciamento para a realização da operação urbanística.-----

-----Depois de analisado o processo verifica-se que:-----

-----1.-O pedido de licenciamento supra mencionado foi deferido por despacho de 23/06/2016, tendo sido comunicado tal facto ao requerente pelo ofício referência DAGF/AG – 4909, de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

28/06/2016 e que o mesmo dispunha de um (1) ano para requerer o respetivo alvará de construção, sob pena de caducidade do mesmo.-----

-----2.- Como não foi entregue qualquer pedido para requerer a licença estando o prazo ultrapassado, em 26/07/2018 foi emitido o seguinte Despacho pelo Senhor Presidente:-----

-----*“Tendo em conta a informação dos serviços administrativos, datada de 06/07/2018 de fls. 129, encontram-se ultrapassados os prazos, no caso presente de um ano, prorrogado por mais um ano, para requerer a emissão de alvará.”*-----

-----*Nos termos do disposto no art.º 71.º, n.º 2 do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, a licença caduca se no prazo de um ano a contar da notificação do ato de licenciamento não for requerida a emissão do respetivo alvará.*-----

-----*Conforme preceitua o n.º 5 do art.º 71.º do diploma legal vinde de referir, a caducidade da licença deve ser declarada pela Câmara Municipal, após audiência prévia do interessado. Assim, deverá o processo ser remetido à Câmara Municipal para deliberar sobre a intenção de declaração de caducidade da licença e respetivos fundamentos e, caso seja deliberada favoravelmente a intenção de declarar a caducidade do licenciamento, deverá ser o requerente notificado do teor da deliberação sendo-lhe concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis para o exercício da audiência prévia.”*-----

-----Assim, a Câmara Municipal apreciou o assunto e deliberou por unanimidade:-----

-----1.- Notificar o Requerente que é intenção do Executivo ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, declarar a caducidade do ato que deferiu o licenciamento da operação urbanística, atendendo a que o requerente não requereu a emissão do alvará no prazo de um ano e sua prorrogação.-----

-----2.- Conceder ao Requerente o prazo de 10 dias úteis, para dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, a fim de ser tomada a decisão final, conforme o disposto no artigo 71.º, n.º 5 do RJUE em conjugação com o estatuído nos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

11.5.-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS Nº. 01//2010/341, DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE VEDAÇÃO CONFINANTE COM A VIA PÚBLICA E ENTRE PARTICULARES, SITA NA RUA DA CAPELA, VILA BOA, ESPINHO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente processo nº. 01/2010/341, em nome de Célia Maria Lopes Antunes Gomes, residente em Rua da Capela, 9, Vila Boa, Freguesia de Espinho referente à construção de moradia e muro de vedação confinante com a via pública e entre particulares, na Rua da Capela, em Vila Boa, Freguesia de Espinho, com vista à declaração de caducidade daquele processo de operação urbanística.-----

-----No seguimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 20/06/2018, ao abrigo do da alínea a), nº.3 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, e artigos 121.º e seguintes do CPA, foi notificado através do ofício referência 1654, de 19/07/2018, a requerente Célia Maria Lopes Antunes Gomes, para, querendo, se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de dez (10) dias úteis a contar da notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade do processo n.º 01/2010/341, que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º32/2013, cujo término ocorreu a 09/05/2018, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação uma vez que as obras não forem concluídas no prazo fixado na licença ou na autorização ou suas prorrogações, contado a partir da data da emissão do alvará, nem se pronunciou no prazo concedido.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara emitiu em 25/07/2018, o seguinte Despacho:-----

-----“Tendo em consideração a informação dos serviços datada de 23/07/2018, fls. 397, da qual se extrai que decorreu o prazo de dez dias para o requerente se pronunciar no âmbito da audiência prévia, sobre o projeto de decisão de intenção de declarar a caducidade do alvará aprovado em Reunião de Câmara de 20/06/2018 (fls.394 e 395), sem que aquela tenha



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

tomado qualquer posição a respeito, determino que o processo seja remetido à Câmara Municipal com a informação de que não foi exercido o direito de audiência prévia por parte da interessada, para que, no caso aquele órgão assim entenda, seja declarada a caducidade do alvará 32/2013, nos termos do disposto no artº. 71º. nº.5 do Regime Jurídico da Urbanização – RJUE”.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade em conformidade com o disposto no na alínea d) do nº 3 do artigo 71.º do RJUE, declarar, a título de decisão final, a caducidade do processo nº 01/2010/341 que deu origem à emissão do alvará de obras de construção nº32/2013, cujo término ocorreu em 09/05/2018, com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo dado conhecimento à requerente e aos serviços de fiscalização.-----

11.6.-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS Nº. 01/2017/104, DE CONSTRUÇÃO DE ANEXO PARA ARRUMOS, NA RUA ALBANO DE MORAIS LOBO, MORTÁGUA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 01/2017/104, em nome de Vitor Gil Rodrigues Ferreira, residente em 124, Rue de Hamm, 1713 Luxemburgo, referente à construção de Anexo para arrumos, na Rua Albano Morais Lobo, Lote 9, Mortágua, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, com vista à declaração de caducidade daquele processo de operação urbanística.-----

-----No seguimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 06/06/2018, ao abrigo do da alínea a), nº.3 do artigo 71.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, e artigos 121.º e seguintes do CPA, foi notificado através do ofício refª, 1466, de 12/06/2018, o Vitor Gil Rodrigues Ferreira para, querendo, se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de dez (10) dias úteis a contar da notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade do processo nº 01/2017/104, de comunicação prévia de obras de construção de anexo para arrumos, o prazo de validade para a execução dos trabalhos teve inicio na data de pagamento



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

das taxas e terminus a 20/09/2017, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação uma vez que as obras não forem concluídas no prazo fixado na licença ou na autorização ou suas prorrogações, contado a partir da data da emissão do alvará, nem se pronunciou no prazo concedido.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara emitiu em 25/07/2018, o seguinte Despacho:-----

-----*“Tendo em consideração a informação dos serviços datada de 20/07/2018 fls. 132, da qual se extrai que decorreu o prazo de dez dias para o requerente se pronunciar no âmbito da audiência prévia, sobre o projeto de decisão de intenção de declarar a caducidade do alvará, aprovado em Reunião de Câmara de 06/06/2018 (fls.129), sem que aquela tenha tomado qualquer posição a respeito, determino que o processo seja remetido à Câmara Municipal com a informação de que não foi exercido o direito de audiência prévia por parte da interessada, para que, no caso aquele órgão assim entenda, seja declarada a caducidade do processo 01/2017/104, nos termos do disposto no artº. 71º. n.º5 do Regime Jurídico da Urbanização – RJUE”*-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade em conformidade com o disposto no na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do RJUE, declarar, a título de decisão final, a caducidade do processo n.º 01/2017/104, com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo dado conhecimento à requerente e aos serviços de fiscalização.-----

11.7.-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS N.º. 01//2016/115, AMPLIAÇÃO DE MORADIA, SITA NA RUA DO SEIXAL, 8, CERCOSA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo n.º. 01/2016/115, em nome de José Manuel Pereira dos Reis, residente na Rua do Seixal, Cercosa, à ampliação de moradia, na Rua do Seixal, Cercosa, Freguesia de Cercosa, com vista à declaração de caducidade daquele processo de operação urbanística.-----

-----Analisado o processo, constata-se que:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----1.-Foi emitido alvará de obras de construção n.º 36/2017, cujo prazo de validade teve início a 07/06/2017 e termo a 06/06/2018.-----

-----2.-As obras não foram concluídas no prazo fixado na licença, ou suas prorrogações, contado a partir da data de emissão do alvará.-----

-----3.- Em 23/07/2018 foi emitido Despacho pelo Senhor Presidente que determina que: ----

-----*“Do teor da informação dos serviços de fiscalização datada de 05/07/2018, ressalta que, na sequencia de deslocação ao local se constatou que ainda falta executar os trabalhos ao nível de revestimento e caixilharia ressaltando que os trabalhos estão de acordo com o projeto aprovado.*-----

-----*O art.º 71.º n.º 3, alínea d) do Regime Jurídico da urbanização e Edificação prescreve que a licença caduca se as obras não forem concluídas no prazo fixado na licença, tendo segundo a informação dos serviços emitida em 11/06/2018, fls. 139, o prazo referido terminado em 06/06/2018.*-----

-----*Conforme preceitua o n.º 5 do art.º 71.º do diploma legal vindo de referir, a caducidade da licença deve ser declarada pela Câmara Municipal, após audiência prévia do interessado.*

-----*Assim, tendo em conta o exposto, e considerando o teor da informação administrativa datada de 11/06/2018, e a referida informação dos serviços de fiscalização, deverá o processo ser remetido à Câmara Municipal para deliberar sobre a intenção de declaração de caducidade e respetivos fundamentos e, caso seja deliberada favoravelmente a intenção de declarar a caducidade do licenciamento, deverá ser o requerente notificado do teor da deliberação sendo-lhe concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis para o exercício da audiência prévia.*-----

-----*Mais, deverá o requerente ser advertido, no ofício de notificação para o exercício da audiência prévia, da previsão legal ínsita no referido art.º 72.º do RJUE, ou seja, de que pode requerer nova licença, e que serão utilizados no novo processo os elementos que instruíram o processo anterior desde que o novo requerimento seja apresentado no prazo de 18 meses a contar da datada caducidade ou, se tal prazo estiver esgotado, não existirem alterações de*



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

facto e de direito que justifiquem nova apresentação, bem como de que a renovação da licença nos termos supra expostos é condição essencial para o prosseguimento do processo 01/2016/115."-----

-----Assim, a Câmara deliberou por unanimidade:-----

-----1.- Notificar o Requerente que é intenção do Executivo declarar a caducidade do processo n.º 01/2016/115, que deu origem ao alvará de licença n.º 36/2017, cujo término ocorreu em 06/06/2018, ao abrigo do disposto no artigo 71.º, n.º 3, alínea d) do Regime Jurídico da urbanização e Edificação a (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.-----

-----2.- Conceder ao Requerente o prazo de dez (10) dias úteis, para dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, a fim de ser tomada a decisão final, conforme o disposto no artigo 71.º, n.º 5 do RJUE em conjugação com o estatuído nos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.-----

-----3.- Advertir o requerente, no ofício de notificação para o exercício da audiência prévia, da previsão legal insita no referido artº. 72º. do RJUE, ou seja, de que pode requerer nova licença, e que serão utilizados no novo processo os elementos que instruíram o processo anterior desde que o novo requerimento seja apresentado no prazo de 18 meses a contar da data da caducidade ou, se tal prazo estiver esgotados, não existirem alterações de facto e de direito que justifiquem nova apresentação, bem como de que a renovação da licença nos termos supra expostos é condição essencial para o prosseguimento do processo 01/2016/115.

11.8-ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - REQUERIMENTO N.º.4038/2018, REFERENTE AO PROCESSO N.º. 01/2018/9, CONSTRUÇÃO NOVA - COMÉRCIO, (ALÍNEA b) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29º. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado sob o número 4038/2018 da empresa Alecrimágico, Lda. , com sede na Av. dos Bombeiros Voluntários Mortágua, com o número de identificação fiscal 501004784 a requerer, no âmbito da alínea b), do número 1, do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção de pagamento da taxa no valor dois mil quatrocentos e noventa e seis euros e vinte e seis cêntimos (2.496,26 €), referente ao licenciamento do Processo número 01/2018/9 – Construção Nova – Comércio, na Av. dos Bombeiros Voluntários, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----Conforme o previsto na alínea b) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas a “Às empresas que criem no mínimo 5 postos de trabalho.”.-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém, de acordo com Lei nº.73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no nº.2 do artº. 16º. daquele diploma.-----

-----Assim, a Câmara deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal a concessão à empresa Alecrimágico, Lda. da isenção de pagamento da taxa no valor dois mil quatrocentos e noventa e seis euros e vinte e seis cêntimos (2.496,26 €), referente ao licenciamento do Processo número 01/2018/9 – Construção Nova – Comércio, na Av. dos Bombeiros Voluntários, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

11.9.-ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - REQUERIMENTO Nº. 3707/2018, REFERENTE AO PROCESSO Nº. 01/2017/173, CONSTRUÇÃO NOVA – OFICINA DE REPARAÇÃO AUTOMÓVEL, (ALÍNEA b) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29º. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado sob o número 3707/2018, de José Luis Rodrigues Brás, com o número de identificação fiscal 227604822, residente na Rua Santa Catarina, Freixo União de Freguesia de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, a requerer, no âmbito da alínea b), do número 1, do artigo 29º. do Regulamento



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção de pagamento da taxa no valor duzentos e três euros e vinte cêntimos (203,20 €), referente ao licenciamento do Processo número 01/2017/173, Construção Nova de reparação automóvel, na Rua Santa Catarina, nº.5, Freixo União de Freguesia de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----Conforme o previsto na alínea b) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas a “Às empresas que criem no mínimo 5 postos de trabalho.”-----

-----A informação dos serviços constante no processo chama a atenção de que:-----

-----“ - *Requerente não apresenta documentos em que fique demonstrado que é empresário em nome individual/empresa;*-----

-----*Também não apresenta doc. que demonstre a criação de 5 postos de trabalho.*”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade solicitar esclarecimentos ao requerente sobre a sua situação de empresário em nome individual/empresa, devendo juntar ao processo documento comprovativo.-----

11.10.-PEDIDO EMISSÃO DE CERTIDÃO EM COMO SE ENCONTRA EM RUÍNAS O EDIFÍCIO DESCRITO NA MATRIZ PREDIAL URBANA DA FREGUESIA COM O Nº. 683, SITO NA FELGUEIRA, FREGUESIA DO SOBRAL:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o proc.º n.º 04/2018/53, requerimento n.º 04/2018/3840, em nome de Celso Ferraz Lopes, residente na Rue Michel Lents, nº.43, Betembourg, Luxemburgo a requerer a emissão de certidão comprovativa em como o prédio urbano inscrito na matriz da Freguesia do Sobral, sob o artigo 683, sito na Rua da Cancela, Felgueira encontra-se em ruínas, estando dispensado da licença de utilização.-----

-----.-O parecer técnico do Chefe da DPAT constante no processo conclui que o edifício em causa encontra-se muito degradado não possuindo condições mínimas de utilização, estando assim dispensado da “licença de utilização”.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, considerando o Parecer Técnico Chefe da DPAT, deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----

**11.11.-PEDIDO EMISSÃO DE CERTIDÃO EM COMO SE ENCONTRA EM RUÍNAS
O EDIFÍCIO DESCRITO NA MATRIZ PREDIAL URBANA DA FREGUESIA COM
O N.º. 234, SITO NA FELGUEIRA, FREGUESIA DO SOBRAL:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo n.º 04/2018/52, requerimento n.º. 04/2018/3839 em nome de Celso Ferraz Lopes, residente na Rue Michel Lents, n.º.43, Betembourg, Luxemburgo a requerer a emissão de certidão comprovativa em como o prédio urbano inscrito na matriz da Freguesia do Sobral, sob o artigo 234, sito na Rua da Cancela, Felgueira encontra-se em ruínas, estando assim dispensado de licença de utilização.-----

-----O parecer técnico do Chefe da DPAT constante no processo conclui que o edifício em causa encontra-se muito degradado não possuindo condições mínimas de utilização, estando assim dispensado de licença de utilização.-----

-----A Câmara, considerando o Parecer Técnico Chefe da DPAT, deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----

**11.12.-PROCESSO DE CONTRA ORDENAÇÃO N.º. NUI/CO/001204/18.5.EACBR,
LEVANTADO PELA ASAE, POR CONTRAVENÇÃO AO SISTEMA DE INDUSTRIA
RESPONSÁVEL:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência S/5431/ 18/URC, de 12/7/2018, da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), a remeter o Processo de Contra-Ordenação n.º. NUI/CO/001204/18.5EACBR instaurado contra Filipe Manuel Rodrigues Pereira, com estabelecimento, sito na Rua das Eiras, n.º.2, Vale das Éguas, 3450-016-Cercosa, pelo facto de, no dia 22 de maio de 2018, no âmbito de uma ação inspetiva terem verificado a existência no referido local de unidade de fabrico de pão, sem que tenha sido emitido o respetivo título digital de exploração daquela unidade industrial (tipo 3), o que constitui uma infração ao artigo 34.º. do SIR – Sistema da Industria Responsável, aprovado pelo Dec. Lei 169/2012, punível pela alínea j) do n.º.2 do artigo 75.º. do citado SIR , aprovado em Anexo ao



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Dec. Lei 169/2012, de 1 de agosto, alterado e republicano pelo Dec. Lei nº.73/2015, de 11 de Maio, a que corresponde uma coima mínima de duzentos e cinquenta euros (500,00 €) e máxima de dois mil e quinhentos euros (2.500,00 €).-----

-----Foi presente a informação da assistente técnica Joana Albano, do setor de contra-ordenação, em que informa o seguinte:-----

-----*“Tendo recebido o ofício S/5431/ 18/URC, de 12/7/2018, da ASAE, e tendo surgido dúvidas quanto à pertença da Rua das Eiras, 2, Vale das Éguas, ao Concelho de Mortágua ou de Penacova foi o interessado Filipe Manuel Rodrigues Pereira contactado via telefone, ao que me foi dito que:-----*

-----Constar do seu Cartão de Cidadão o endereço de Rua das Eiras, 2 , Vale das Éguas, 3450 -016 Cercosa;-----

-----Ter dito que a referida habitação pertence à área do Concelho de Penacova;-----

-----Afirmou já ter precedido ao licenciamento da padaria no Concelho de Penacova, nos termos impostos pelo auto da ASAE.-----

-----Anexo à presente informação, planta de localização da localidade com a identificação da casa do interessado no Concelho de Penacova.”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade informar a ASAE que a referida unidade industrial encontra-se localizada na área do Concelho de Penacova, conforme comprova a respetiva planta de localização da casa do interessado, e que de acordo com o contacto efetuado via telefone o interessado já procedeu ao respetivo licenciamento da padaria nos serviços da Câmara Municipal de Penacova. Devendo assim proceder-se à devolução do processo para a ASAE.-----

11.13.-CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES DE PRÉDIO RÚSTICO - PROCESSO Nº. 10/2018/17:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 10/2018/17, requerimento 10.2018.3774 em nome de Cabeça de Casal da Herança de Albino Gomes de Oliveira, com o número de contribuinte 705942775, a requerer a emissão do parecer nos termos do número 1,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de propriedade ou ampliação do número de compartes, relativamente ao seu prédio sito em Vale de Sobreiros, inscrito na matriz predial rústica da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remigio, Cortegaça e Almaça sob o artigo nº. 9539, com a área 0,210000 há, para efeitos de registo de escritura pública de partilha a favor Carlos Alberto Gomes Oliveira (1/2); Vitor Manuel Gomes Oliveira (1/2).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e as informações constantes no processo, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão de constituição de propriedade ou ampliação de compartes.-----

11.14.-EDIFICAÇÕES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO:-----

11.14.1.-Processo nº. 08/2012/3:-----

-----Pelo senhor Presidente foi presente o processo 08/2012/3 de edificação em mau estado de conservação sito na Rua do Chão do Pedro, na Felgueira, Freguesia do Sobral, Herdeiros Esmeraldo dos Reis acompanhado do Parecer do Assessor Jurídico, de 22/06/2018, que a seguir se transcreve:-----

-----*“Assunto: Devolução das cartas registadas com aviso de receção para notificação a diversos proprietários do prédio a demolir, do teor da deliberação final do procedimento contendo a ordem para procederem à demolição do imóvel em ruínas.*-----

-----*“Parecer: Por deliberação tomada em reunião de câmara de 5/8/2015 foi decidido converter em definitivo o projeto de decisão aprovada em reunião de Câmara municipal de 2/05/2012.*-----

-----*Tal decisão final do procedimento, contendo a ordem para a demolição voluntária do imóvel em ruínas no prazo de 60 dias, foi notificado ao proprietário Emílio Ramos Alves através de carta registada com aviso de receção, que veio a ser devolvida.*-----

-----*Sobre esta questão foi emitido já parecer em 08/07/2016 onde se concluiu o seguinte que agora se transcreve:*-----

-----*“Para o outro proprietário, Emílio Ramos Alves, foi remetido o ofício DAGF004123,*



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

14-08-2015, em correio registado, dando conhecimento do teor daquela decisão tomada em reunião de Câmara Municipal de Mortágua de 5/8/2015 que converteu em definitivo a decisão que consta da deliberação de 2/5/2012.-----

-----Porém tal notificação não foi recebida pelo destinatário, tendo a carta enviada sido devolvida com a menção "não atendeu". Assim o comproprietário Emílio Ramos Alves não foi notificado da decisão definitiva do procedimento, ou seja, para proceder à demolição do edifício ou a realização de obras.-----

-----Deste modo, no caso de a notificação por carta registada se revelar impossível, deverá ser dado cumprimento ao disposto no artigo 112º. do CPA, utilizando as formas de notificação aí prescritas, nomeadamente a notificação por contacto pessoal através dos serviços da Câmara Municipal do Município da residência do notificado, ou através de edital se se concluir que o paradeiro do comproprietário a notificar é desconhecido, uma vez que não poderá ser dada continuidade ao processo sem que todos os comproprietários estejam notificados da decisão definitiva tomada em reunião de câmara municipal de 5 de agosto de 2015".-----

-----Em reunião de Câmara de 17/08/2016 foi ordenado o cumprimento do que constava naquele parecer, ou seja, proceder-se à notificação por meio de edital de Emílio Ramos Alves.-----

-----Posteriormente, sem que tenha sido executada a notificação por aquele meio, foi deliberado em reunião de câmara de 05/07/2017, proceder à verificação do cumprimento de todos os trâmites processuais, com vista à eventual tomada de posse administrativa do imóvel para execução coerciva da ordem de demolição.-----

-----Ora, constata-se que não se procedeu ainda à notificação edital de Emílio Ramos Alves, dando-lhe conhecimento de conversão em decisão final da ordem de demolição do edifício e concedendo-lhe prazo para executar a demolição.-----

-----Assim, sendo, dá-se aqui por reproduzido quanto se disse no parecer de 08/07/2016 supra referido, devendo proceder-se à notificação de Emílio Ramos Alves, através de edital,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

nos termos do disposto no artigo 112º. do CPA.-----

-----Por outro lado, em novembro de 2016, tomou-se conhecimento do óbito de Esmeraldo dos Reis, tendo sido desenvolvidas diligências com vista à identificação dos herdeiros respetivos.-----

-----Assim, em reunião de Câmara de 04/01/2017 foi deliberado notificar os legais representantes da herança do teor da deliberação tomada em 05/08/2015. Sucede que as cartas registadas com aviso de receção enviadas para notificação das interessadas Maria Piedade dos Reis e Maris Leonor dos Reis foram devolvidas, não se consumando a notificação pretendida. Deste modo, revelando-se impossível a notificação por carta registada, deverá ser dado cumprimento ao disposto no artigo 112º. Do CPA, utilizando as formas de notificação aí prescritas, através de edital, dado que o paradeiro dessas interessadas a notificar é desconhecido. Acresce que, não ser dada continuidade ao processo sem que todos os proprietários estejam notificados da decisão definitiva tomada em reunião de câmara municipal de 5 de agosto de 2015.-----

-----Resulta da certidão da conservatória do registo predial junta ao processo, que existem duas penhoras sobre o prédio em causa, a favor da Fazenda Nacional, pelo que deverá ser notificada a Autoridade Tributária, dando-lhe conhecimento de todas as deliberações tomadas e para se pronunciar sobre a ordem de demolição, uma vez que sobre o prédio em ruínas existe o ónus referido."-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade, tendo em consideração o parecer do assessor jurídico:-----

-----Notificar a Autoridade Tributária dando-lhe conhecimento de todas as deliberações tomadas e para que possa se pronunciar sobre a ordem de demolição, uma vez que sobre o prédio em ruínas existe o ónus de penhora a favor das Fazenda Nacional.-----

-----Notificar por meio de edital, nos termos do artigo 112º. do Código do Procedimento Administrativo (CPA), os interessados Emílio Ramos Alves, Maria da Piedade dos Reis e Maria Leonor dos Reis do teor da deliberação da Reunião de Câmara de 05/08/2015.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

11.14.2.-Processo nº. 08/2018/01:-----

----- Foi retirado da Ordem de trabalhos da presente reunião.-----

11.14.3.-Processo nº. 08/2018/3:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 08/2018/3, referente ao prédio em mau estado de conservação, sido em Almacinha, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, de propriedade de Maria Ivone Breda dos Santos, residente na Rua Principal, nº.23, Almacinha, 3450-110 Mortágua, acompanhado do Parecer Técnico do Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território, datado de 05/07/2018 que a seguir se transcreve:-----

-----“A análise do processo e ainda da informação dos Serviços de Fiscalização Municipal (fl.10) permitem concluir que foram corrigidas as situações mais pertinentes relativas à instabilidade, insalubridade e insegurança públicas, constantes do Parecer Técnico de 23.01.2018 (fl.4) e aprovadas em Reunião de Câmara de 07.03.2018 (fl. 5).-----

-----O processo poderá dar-se por concluído, para arquivamento.”.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade dar por concluído o processo e o seu consequente arquivamento.-----

11.14.4.-Processo nº. 08/2018/4:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 08/2018/4, referente ao prédio em mau estado de conservação, sido em Almacinha, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, de propriedade de Daniel Manaia Ferreira Simões, residente na Rua Principal, nº.57, Almacinha, 3450-110 Mortágua, acompanhado do Parecer Técnico do Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território, datado de 05/07/2018 que a seguir se transcreve:-----

-----“A análise do processo e ainda da informação dos Serviços de Fiscalização Municipal (fl.10) permitem concluir que foram corrigidas as situações mais pertinentes relativas à instabilidade, insalubridade e insegurança públicas, constantes do Parecer Técnico de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

23.01.2018 (fl.4) e aprovadas em Reunião de Câmara de 07.03.2018 (fl. 5).-----

-----O processo poderá dar-se por concluído, para arquivamento."-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade dar por concluído o processo e o seu consequente arquivamento.-----

11.14.5.-Processo nº. 08/2018/5:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 08/2018/5, referente ao prédio em mau estado de conservação, sido em Riomilheiro, Freguesia do Sobral, Mortágua, de propriedade de Abílio Martins Rodrigues, residente na Rua Principal, nº.1, Riomilheiro, Sobral, 3450-341 Mortágua, acompanhado do Parecer Técnico do Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território, datado de 05/07/2018 que a seguir se transcreve:-----

-----“A análise do processo e ainda da informação dos Serviços de Fiscalização Municipal (fl.11) permitem concluir que não foram corrigidas as situações mais pertinentes relativas à instabilidade, insalubridade e insegurança públicas que colocam em iminente perigo a segurança viária e de pessoas e bens nas áreas públicas confinantes, constantes do Parecer Técnico de 23.01.2018 (fl.5) e aprovadas em Reunião de Câmara de 07.03.2018 (fl. 6).-----

-----Nesta sequência, resta propor que a Câmara Municipal delibere no sentido de tomar posse administrativa do imóvel para dar execução imediata ao deliberado, de acordo com os artigos 91º. 107º. e 108º. do RJUE sendo que, as despesas realizadas devem ser imputadas ao proprietário do imóvel.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade informar o proprietário que é intenção da Câmara proceder à demolição do imóvel em causa, imputando-lhe todas as despesas, devendo pronunciar-se, se assim o entender, no prazo de dez (10) dias, por escrito, nos termos do artigo 121º. e seguintes do Código do Procedimento Administrativo (CPA).-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezassete horas e quarenta minutos .-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Rosa Maria Ferreira Breda

Secretário do Órgão e

pelo Senhor Presidente.-----



No passado dia 2 de Julho foi feito o anúncio público da requalificação integral do IP3, num percurso de 75Km, com um investimento total estimado de 134M de € a ter início já em 2018 e com uma configuração 2+2 faixas em 85% da sua extensão, 2+1 em 12% e 1+1 em apenas 3% do traçado, permitindo assim um aumento significativo da segurança e rapidez nas deslocações.

A requalificação prevê as seguintes intervenções:

01 - IP3 – DUPLICAÇÃO - Nó de Souselas (IC2) / Nó de Penacova

02 - IP3 – REQUALIFICAÇÃO - Nó de Penacova / Nó da Lagoa Azul

03 - IP3 – DUPLICAÇÃO - Nó da Lagoa Azul / Nó de Viseu (A25)

Relativamente à intervenção **02 - IP3 – REQUALIFICAÇÃO - Nó de Penacova / Nó da Lagoa Azul**, tendo por base na informação vinda a público, estão previstas as seguintes ações:

- ✓ REABILITAÇÃO ESTRUTURAL DO PAVIMENTO;
- ✓ INTERVENÇÕES EM TALUDES;
 - a. Implementação de estruturas de suporte em betão;
 - b. Pregagens e redes de contenção;
- ✓ INTERVENÇÕES AO NÍVEL DOS SISTEMAS DE DRENAGEM;
- ✓ REPOSIÇÃO DE TODA A SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL.

Assim foi com enorme estupefação que os vereadores do Partido Socialista constataram que a requalificação já lançada a concurso entre o Nó de Penacova / Nó da Lagoa Azul, mais concretamente nos **Nós de Mortágua Norte e Sul e no Nó de Almaça**, não prevê a criação de novas faixas de aceleração e desaceleração nem a iluminação dos mesmos, reivindicações de à longa data de todos os Mortaguenses e que contribuiriam enormemente para a diminuição da sinistralidade naqueles nós.

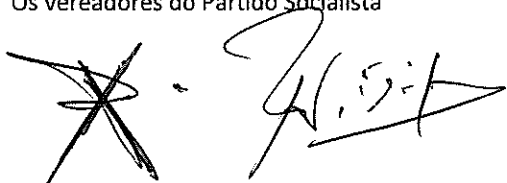
Registamos também que nada está previsto na intervenção de requalificação relativamente à colocação de barreiras sonoras ao longo do **Nó de Almaça**, reivindicadas pelos habitantes daquela povoação.

Os vereadores do Partido Socialista entendem que esta oportunidade não pode ser perdida, é o momento para executar estas melhorias, não serão porventura de elevada complexidade técnica e muito menos terão um elevado custo de execução.

Face ao exposto e sem prejuízo da preocupação já formalmente manifestada pelos vereadores do Partido Socialista junto dos deputados do círculo de Viseu do Partido Socialista e do próprio Ministro, propomos que a Câmara Municipal de Mortágua aprove uma posição unanime reivindicativa da necessidade premente da execução destes investimentos, e dela dê conhecimento formal ao Governo de Portugal e mais concretamente o Sr. Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Dr. Pedro Marques.

Mortágua, 30 de Julho de 2018

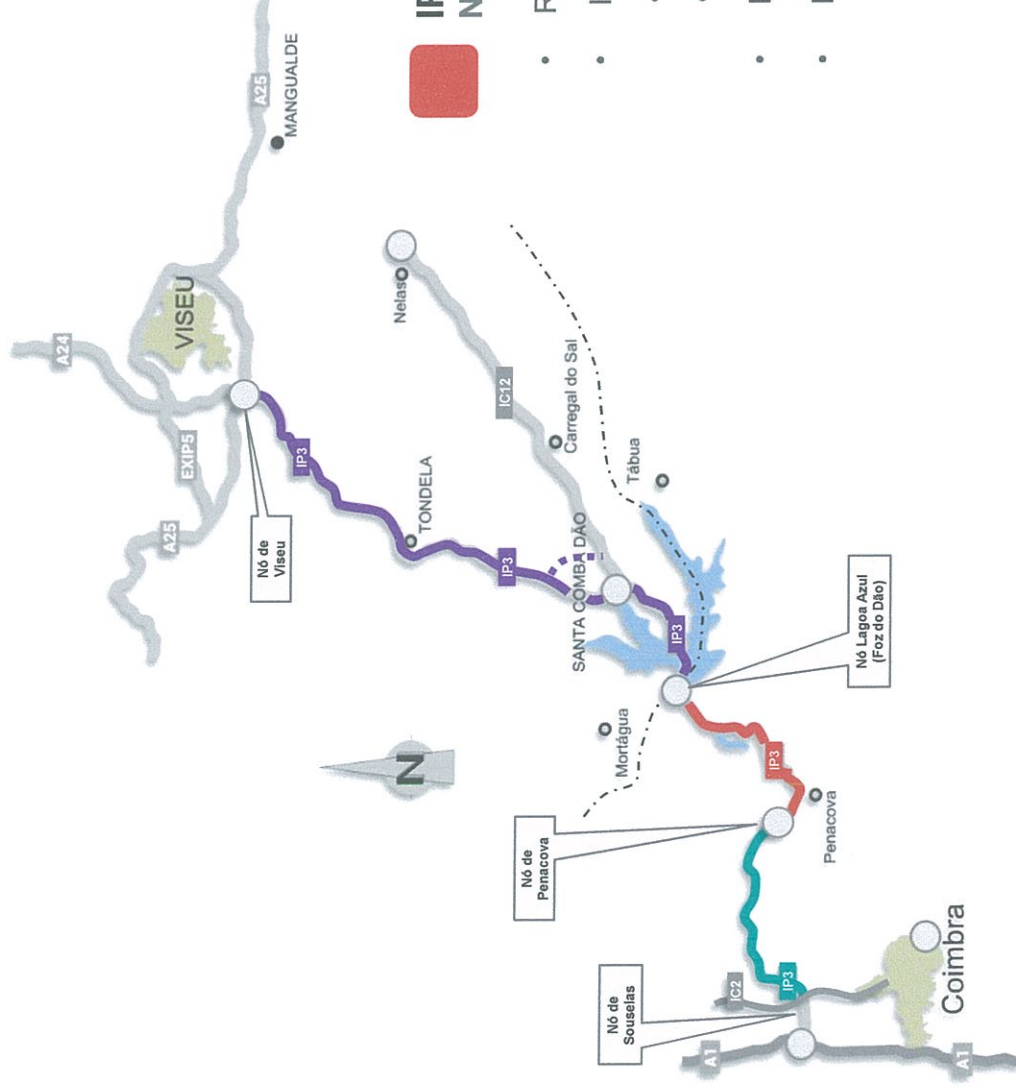
Os vereadores do Partido Socialista

Two handwritten signatures in black ink. The signature on the left is a stylized 'X' shape. The signature on the right is a more complex, cursive script.

Anexos: Extrato da apresentação pública e Plantas dos Nós.

IP3 – COIMBRA / VISEU

ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO



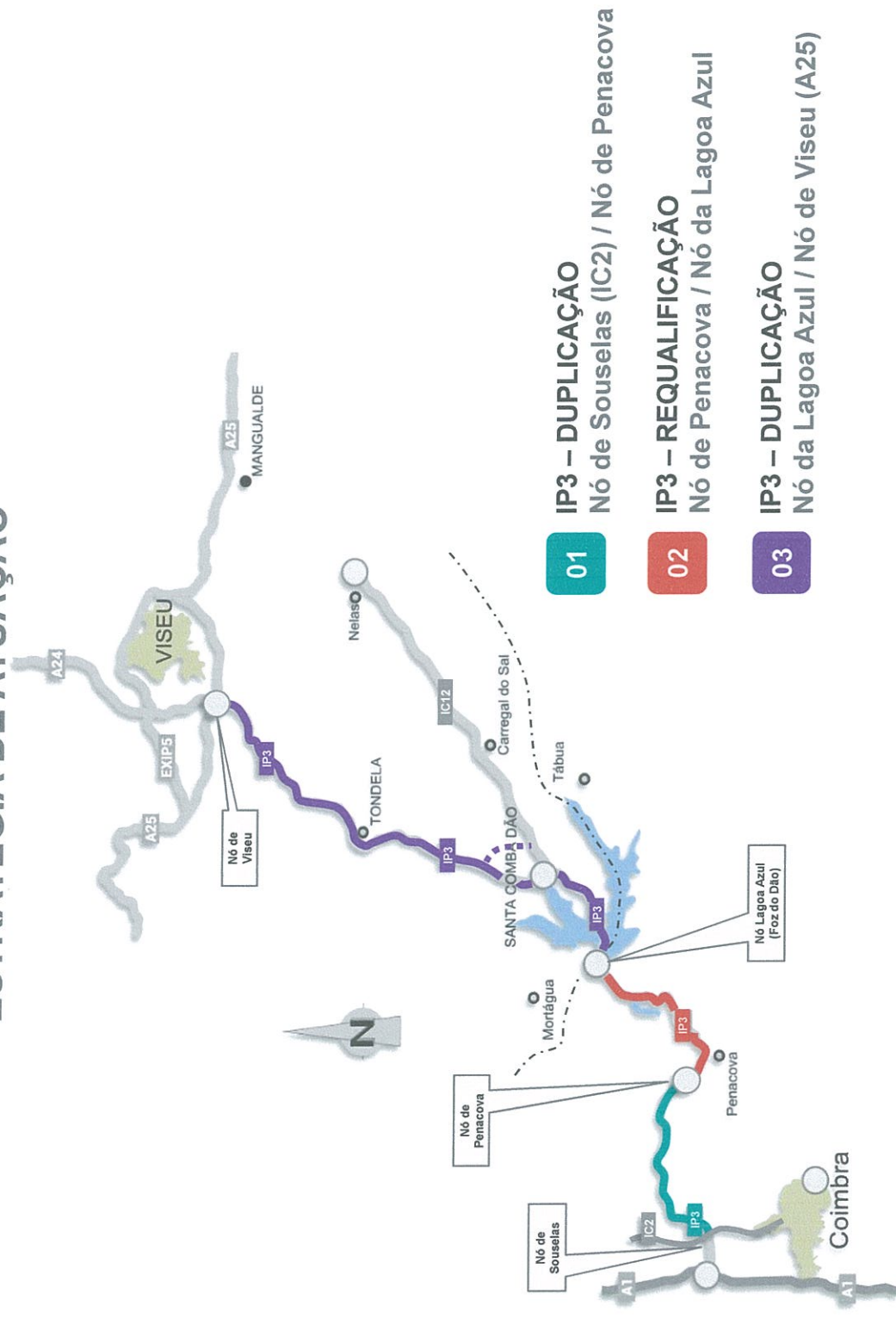
IP3 – REQUALIFICAÇÃO

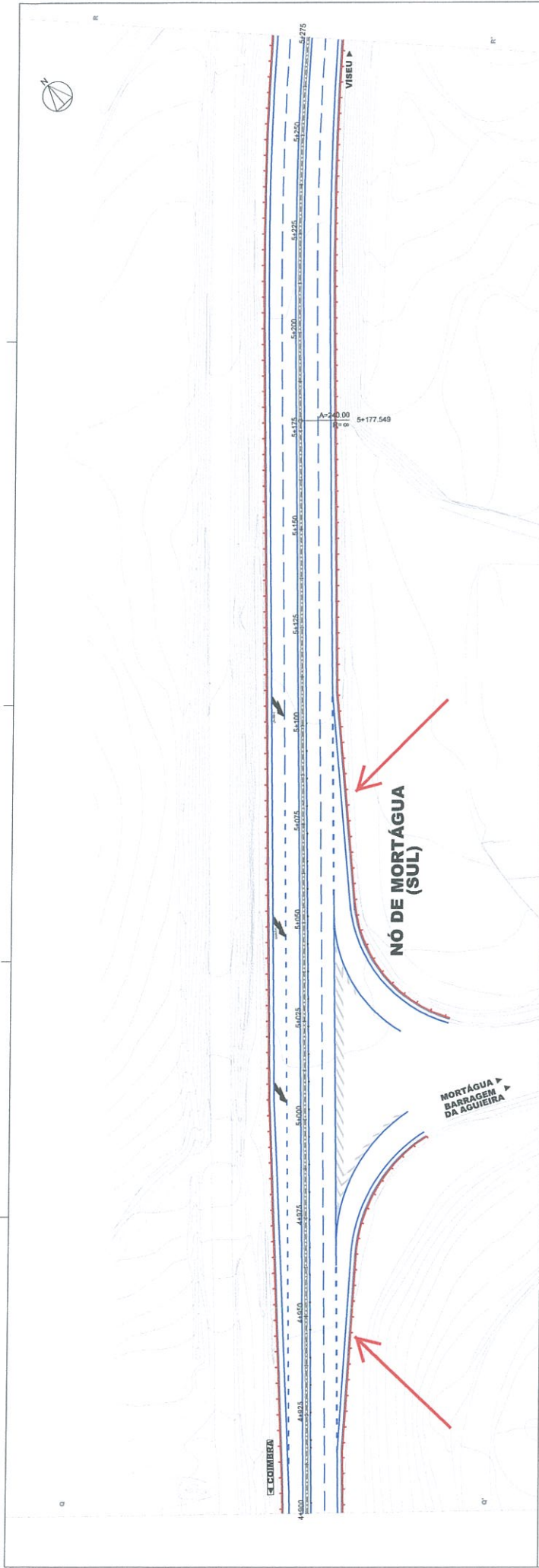
Nó de Penacova / Nó da Lagoa Azul

- REABILITAÇÃO ESTRUTURAL DO PAVIMENTO;
- INTERVENÇÕES EM TALUDES;
 - Implementação de estruturas de suporte em betão;
 - Pregagens e redes de contenção;
- INTERVENÇÕES AO NÍVEL DOS SISTEMAS DE DRENAGEM;
- REPOSIÇÃO DE TODA A SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL.

IP3 – COIMBRA / VISEU

ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO





REVISÃO	DATA	TÍTULO	PROJETO
AUTOR	DESENHADOR	TÍTULO	PROJETO
IP3-NOMPD-P1-1-08	IP3-NOMPD-P1-1-08	PLANTA GERAL	Km 4+500 a Km 5+475
JUNHO 2018	JUNHO 2018	TÍTULO	08/10



REABILITAÇÃO DO IP3
ENTRE O NÓ DE OLIVEIRA DO MONDEGO
E A PONTE DO RIO DAO

255-IP3NOMPD

Projeto nº 1
Escala: 1:500
Folha: 1/1
Autor: Luís Lourenço
Desenhado: Carlos Taveira
Verificado: João Moreira
Emitido: Eng. João Lourenço

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Segunda-Feira, 2 de Julho de 2018

Número 125

PARTE L - CONTRATOS PÚBLICOS

INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S. A.

Anúncio de procedimento n.º 5059/2018

MODELO DE ANÚNCIO DO CONCURSO PÚBLICO

1 - IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Designação da entidade adjudicante: Infraestruturas de Portugal, S. A.

NIPC: 503933813

Serviço/Órgão/Pessoa de contacto: Direção Compras e Logística - Departamento de Compras - Unidade Empreitadas e Serviços - Edifício 2

Endereço: Praça da Portagem

Código postal: 2809 013

Localidade: Almada

País: PORTUGAL

Endereço Eletrónico: contratos@infraestruturasdeportugal.pt

2 - OBJETO DO CONTRATO

Designação do contrato: IP3 - NÓ DE PENACOVA (KM 59+000) / PONTE SOBRE O RIO DÃO (KM 75+160). REABILITAÇÃO. (E-contrato 5010038087)

Descrição sucinta do objeto do contrato: Intervenção Preventiva em Pavimentos

Tipo de Contrato: Empreitada de Obras Públicas

Preço base do procedimento: Sim

Valor do preço base do procedimento: 12500000.00 EUR

Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos)

Objeto principal

Vocabulário principal: 45233140

3 - INDICAÇÕES ADICIONAIS

O contrato envolve aquisição conjunta (com várias entidades)? Não

Contratação por lotes: Não

O contrato é adjudicado por uma central de compras: Não

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro: Não

É utilizado um leilão eletrónico: Não

É adotada uma fase de negociação: Não

4 - ADMISSIBILIDADE DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES: Não

5 - LOCAL DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

País: PORTUGAL

NUT III: PT16E

Distrito: Coimbra

Concelho: Penacova

Freguesia: União das Freguesias de Friúmes e Paradelas

País: PORTUGAL

NUT III: PT16E

Distrito: Coimbra

Concelho: Penacova

Freguesia: União das Freguesias de Oliveira do Mondego e Travanca do Mondego

País: PORTUGAL

NUT III: PT16G

Distrito: Viseu

Concelho: Mortágua

Freguesia: União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça

6 - PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Prazo: Dias

330 dias

O contrato é passível de renovação? Não

7 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 - Habilitação para o exercício da atividade profissional

Sim

Tipo:

Alvará de construção a apresentar pelo adjudicatário

Descrição:

Alvará de construção a apresentar pelo adjudicatário, emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC), contendo a seguinte autorização:

1.ª Subcategorias - Vias de circulação rodoviária e aeródromos da 2.ª Categoria - Vias de Comunicação, Obras de Urbanização e Outras Infraestruturas.

7.2 - Informação sobre contratos reservados

O contrato está reservado a entidades e fornecedores cujo objetivo principal seja a integração social e profissional de pessoas com deficiência ou desfavorecidas?

Não

8 - ACESSO ÀS PEÇAS DO CONCURSO, PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 - Consulta das peças do concurso

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados: Departamento de Compras - Unidade Empreitadas e Serviços, no seguinte horário das 9:30 às 12:30 horas e das 14:30 horas às 17:00 horas.

Endereço desse serviço: Praça da Portagem

Código postal: 2809 013

Localidade: Almada

Endereço Eletrónico: contratos@infraestruturasdeportugal.pt

8.2 - Fornecimento das peças do concurso, apresentação dos pedidos de participação e apresentação das propostas

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante:

AnoGov (<http://www.anogov.com/>)

9 - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Até às 17 : 00 do 45 º dia a contar da data de envio do presente anúncio

10 - PRAZO DURANTE O QUAL OS CONCORRENTES SÃO OBRIGADOS A MANTER AS RESPECTIVAS PROPOSTAS

120 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

11 - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

Melhor relação qualidade-preço: Sim

Critério relativo à qualidade

Nome: Valia Técnica

Ponderação: 20 %

Critério relativo ao custo

Nome: Preço

Ponderação: 80 %

12 - PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO:

Sim 5 %

13 - IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DO ÓRGÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Designação: Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal, S.A.

Endereço: Praça da Portagem

Código postal: 2809 013

Localidade: Almada

Endereço Eletrónico: contratos@infraestruturasdeportugal.pt

14 - DATA DE ENVIO DO ANÚNCIO PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA

2018/06/29

15 - O PROCEDIMENTO A QUE ESTE ANÚNCIO DIZ RESPEITO TAMBÉM É PUBLICITADO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA:

Sim

16 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Serão usados critérios ambientais: Não

17 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR DO ANÚNCIO

Nome: Margarida Veloso

Cargo: Diretora

411468186

II SÉRIE



Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Eletrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio eletrónico: dre@incm.pt

Tel.: 21 781 0870

Fax: 21 394 5750
